

NAS PÁGINAS DESCRITIVAS DO PASSADO: a escrita da história como discurso para a civilização

Rodrigo Machado da Silva
Graduando em História - UFOP
Bolsista PIBIC/CNPq/UFOP

RESUMO: Este artigo, pautando-se nos pressupostos metodológicos do *contextualismo linguístico* britânico, analisa a concepção e função da História para o político e intelectual mineiro Diogo de Vasconcellos. Dois momentos serão levados em consideração: o primeiro sobre a construção e recepção da narrativa histórica nas obras, *História Antiga e Média de Minas Gerais* através de um debate historiográfico acerca dos dois livros; o segundo é sobre o caráter retórico na construção de um argumento que valide o uso da História para a inserção do Estado de Minas Gerais no topo da civilização ocidental, nos primeiros anos do regime republicano brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: história do discurso político e da linguagem, história da historiografia, Diogo de Vasconcellos.

ABSTRACT: Guided by the methodological presupposes of the British linguistic contextualism, this paper analyzes the conception and the function of the History for the *mineiro* politician and intellectual Diogo de Vasconcellos. It will be considered two moments. The first one is related to the construction and reception of the historical narrative in the works *História Antiga* and *Média de Minas Gerais* through a historiographical argumentation about both books. The second one is related to the rhetorical character in the construction of an argument capable to validate the application of the History for the insertion of the State of Minas Gerais in the top of the occidental civilization, during the first years of the Brazilian Republican regime.

KEY-WORDS: history of political discourse and language, history of historiography, Diogo de Vasconcellos.

A escrita de Diogo de Vasconcellos em seu tempo

Este artigo traz à luz uma questão que se tem mostrado muito pertinente no desenvolvimento da pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq, “*A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República*” a escrita da História em Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927). O autor é considerado por alguns pesquisadores como sendo o primeiro historiador de ofício em Minas¹. Não possui um *corpus* historiográfico vasto, mas não é menos polêmico. Por isso, suas duas principais obras, *História Antiga das Minas Gerais* (1904) e *História Média de Minas Gerais* (1918), ao mesmo tempo em que são consideradas como livros de referência para o estudo da história colonial de Minas Gerais são também muito criticadas pelo possível caráter não-científico de sua narrativa.

A partir da Proclamação da República, o interesse em fazer *história regional* cresceu muito no Brasil. Isso muito provavelmente por causa da ênfase na autonomia adquirida por cada região promovida pelo Estado federativo que se instaurava no país. Antes mesmo disso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já considerava esse tipo de abordagem relevante para a construção da história nacional, mas ela só ganha um *status* de importância no regime republicano (ALBERTO, 2004: 105).

O historiador Diogo de Vasconcellos publica as suas primeiras obras em meio a esse contexto. Ele partilhava de um projeto em que através da História se poderia lançar as bases para a edificação do poder político e econômico mineiro, destacando o lugar do Estado frente ao resto da Nação. As *História Antiga das Minas Gerais* (1904) e *História Média de Minas Gerais* (1918), principais trabalhos do autor, buscam através do resgate das origens do passado mineiro os elementos que qualificam o Estado como a casa mais civilizada das Américas.

O início do regime republicano brasileiro, além de ser marcado por uma grande tensão política de inúmeras ordens, é marcado também pelo confronto de duas grandes interpretações acerca dos modelos da identidade nacional daquele momento. A primeira era positiva frente a uma leitura sobre o passado colonial e imperial. Postura conservadora, que mesmo considerando aspectos negativos, observava que o Brasil possuía uma extensão do

¹ Esta afirmação é passível de desconfiança. Há alguns autores que afirmam que Diogo de Vasconcellos é o primeiro historiador de ofício de Minas Gerais, sendo até mesmo alcunhado por Francisco Campos – Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais nos finais da década de 1920 – de *Heródoto Mineiro*. No entanto, quando publica a sua primeira obra, outras já haviam sido feitas anteriormente. Talvez fosse o primeiro a fazer uma grande síntese da História mineira, mas isso é algo que se deve investigar com mais cautela.

caráter nacional português. O segundo via que a República era necessária para se efetuar uma ruptura com o passado, defendido pelos primeiros, e lançar o país na modernidade (OLIVEIRA, 1990: 190-191). Ocorre a constituição de uma crise da representação causada pela mudança do regime de historicidade, que surge com a proclamação da República, instaurando no Brasil, a *Belle Époque*, e junto com ela toda uma cultura *fin-de-siècle* (SALIBA, 2002: 301-306). No entanto, não se pode afirmar que havia uma ruptura total com a forma anterior de se apreender o tempo. Uma diversidade de ideias coabita o espaço intelectual brasileiro no final do dezenove e início do vinte.

Minas Gerais, especificamente, passava por várias tensões internas. Divisão das diferentes áreas econômicas e das elites políticas, acarretando a transferência da capital do Estado para uma área neutra. Diogo via sua querida Ouro Preto perder seu poderio político, e a Monarquia substituída por um regime totalmente laico. Alguns estudiosos acreditam que talvez esse seja um dos motivos que levaram Vasconcellos a investigar as origens de Minas, restaurando a sua importância frente ao país (ALBERTO, 2004: 106-107), escolhendo, portanto, a primeira forma de interpretar a nacionalidade brasileira.

Nesta primeira parte do artigo, pretendo discutir a escrita da história em Diogo de Vasconcellos levando em consideração alguns elementos. Procurarei entender o contexto linguístico de produção das *Histórias Antiga e Média*. Farei uma breve análise do texto *Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade*, apresentado em 1914 no Primeiro Congresso de História Nacional do IHGB. Associado a isso, exporei parte do debate historiográfico acerca da receptividade da produção histórica de Diogo levando em consideração críticas positivas e negativas das obras.

Diogo de Vasconcellos, ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a considerada por muitos como a primeira obra da historiografia mineira, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos ou insuficiências em seus trabalhos em autores como João Ribeiro, Francisco Iglesias, Basílio de Magalhães, Teófilo Feu de Carvalho, Charles R. Boxer, entre outros. Comumente acusado de impressionista, romântico e que não comprova as afirmações apresentadas no texto, seus escritos têm que ser analisados e compreendidos sob a égide do contexto no qual foram produzidos.

Para isso, adotarei como aporte metodológico as proposições do *contextualismo linguístico* britânico elaborado na chamada Escola de Cambridge a partir dos finais da década de 1960. Seus principais representantes são os historiadores Quentin Skinner, John

Pocock e John Dunn. Essa abordagem propõe a inserção das ideias em confluência com seus contextos de enunciação, dado o fato de que sempre os ambientes socioculturais influenciam nas questões estudadas e também na formação da linguagem específica dos debates de ideias (BARROS, 2007: 207).

Esse método pressupõe que o historiador estude um determinado ciclo de ideias levando em consideração apenas o espaço e suas dimensões no qual essas ideias são desenvolvidas para não cair na desgraça do anacronismo. Não há como compreender uma ideia sem ter a consciência do momento linguístico em que ela foi formulada. O principal argumento do pensamento de Quentin Skinner é o da possibilidade de compreender os significados de um dado texto, de um enunciado ou de uma ideia qualquer, *recuperando* as intenções do autor ao escrever um texto, e *reconstruir* o contexto das convenções linguísticas disponíveis em um determinado tempo histórico. Outra questão significativa no pensamento skinneriano é o trabalho de problematizar a dimensão da interpretação dos significados contidos em textos passados, procurando entender em que termos autores, textos, contextos e linguagem devem ser articulados por um historiador ao estudar uma obra histórica, um conjunto de ideias, um enunciado ou o pensamento de um autor em seu tempo (SOUZA, 2008: 3-4).

John Pocock, diz que a crítica comum às proposições de Skinner é a respeito das questionáveis possibilidades de se conseguir recuperar as intencionalidades de um autor, isolando-as em sua práxis que se efetiva no ato de escrita do texto. Existe a possibilidade de um autor, no processo de sua escrita, ter autoconsciência de todas as ideias e transpor para o papel exatamente aquilo que queria dizer? Não seriam intencionalidades apenas aquilo que foi publicado depois de passar por um processo de revisão? (POCOCK, 2003: 27) Essas são indagações corriqueiras que se fazem a abordagem *contextualista* a partir dessas ideias.

Um autor, segundo Pocock, habita um mundo que é historicamente determinado, e que só é possível apreendê-lo por meios disponíveis graças a uma série de linguagens também historicamente construídas. Os modos de discurso disponíveis em seu tempo é que determinam as intenções que ele pode ter, proporcionando também os únicos meios que ele tem para efetuar-las. Há, portanto, por parte do historiador, a necessidade de se estabelecer uma constante relação entre *langue* (contexto linguístico) e *parole* (ato de fala ou de discurso) (POCOCK, 2003: 27-28).

Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam a modificações e transformações no interior dele (POCOCK, 2003: 28).

Diogo de Vasconcellos enfrentava na passagem do século XIX para o XX inúmeras transformações, as quais impunham novas realidades para o seu mundo. Vasconcellos via a Monarquia, uma das principais instituições que ele seguia ao lado do catolicismo, perder cada vez mais espaço para o abrupto regime republicano que se espalhava por todo o território mineiro. O Estado não possuía uma unidade econômica nem política. Uma das propostas do governo republicano para integrar as diversas e conflituosas regiões era estabelecer uma nova capital para Estado, mais moderna e que atendesse as necessidades da República. Ouro Preto, símbolo do Império, cada vez mais perdia o seu poder político, assim, em seu lugar era construída uma imagem de cidade histórica, passava a ser uma marca do passado. Vasconcellos defendia a permanência da sede do governo na cidade, mas seus esforços foram em vão ², e a sede do governo é transferida, em 1897, para a recém construída Belo Horizonte.

O impulso pela modernização trouxe consigo outros elementos fundamentais para a “nova fase” em que Minas Gerais se encontrava. A forma de se apreender o tempo histórico também estava em processo de transformação. Anteriormente à Proclamação da república, esse tempo histórico atrelava-se muito na figura do Imperador, sendo ele o principal agente da história nacional. Com o advento do novo regime, essa visão passava a ser considerada como um dos motivos para o atraso brasileiro, e seriam os republicanos que deveriam romper com a antiga e estabelecer uma moderna ideia de tempo histórico (MEDEIROS & ARAUJO, 2007: 29), de acordo com a segunda forma de interpretar a nacionalidade brasileira.

As marcas desse tempo são heterogêneas. Desde por volta de 1870, há uma série de pensamentos heterogêneos que coabitam o campo intelectual brasileiro. Liberalismo, positivismo, evolucionismo, entre outros “ismos”, construíam um universo de *langue*, dando inúmeros sentidos às *paroles* constituídas. O Estado de Minas construía as suas estratégias para constituir uma ideia de história, e Diogo de Vasconcellos produzia a sua.

² A respeito das ações do Diogo de Vasconcellos para manter a capital de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto, ver: Rodrigo Machado da Silva. *Em defesa de uma capital vencida: A campanha de Ouro Preto pela da sede do governo estadual na cidade (1893)* (Transcrição comentada). Revista Virtual Cadernos de História. Ano IV, n.1, 2009, pp.154-160.

As Histórias Antiga e Média de Minas Gerais, de Diogo de Vasconcellos embora sejam muito criticadas pela ausência de citações das fontes, pelo caráter impressionista, romântico e por não apresentar um rigor metodológico encontrado em obras como a de Varnhagen e Capistrano de Abreu, elas apresentam inovações em relação à História de Minas. São notáveis pela visão de conjunto e constituem bibliografia básica para quem tem interesse sobre a história deste Estado (ALBERTO, 2004: 106). Assim como ainda era comum entre historiadores de seu tempo, Diogo não costumava citar fontes e arquivos, ainda que sua obra fosse baseada em vasta pesquisa documental (ROMERO, 2009: 111). Essa é uma das principais críticas recebidas pelo autor. A exemplo disso, resalto o pequeno comentário feito por Charles R. Boxer acerca da *História Antiga*:

Embora freqüentemente citado como trabalho padrão, e reeditado em 1948, este livro não é do toda confiança, visto que o autor era demais influenciado pelo *neoromantismo* da época em que ele escreveu. De outra parte, o autor abeberou-se amplamente nos documentos dos arquivos de Minas Gerais. A utilizar com cautela (BOXER, 2000: 394) (Grifo meu).

Boxer está correto ao afirmar que Vasconcellos partilhava de elementos discursivos comuns à sua época. No entanto, equivoca-se ao construir uma categoria vazia de sentido, o *neoromantismo*, para classificá-lo como não confiável. Francisco Iglesias é um defensor do caráter rigoroso e cuidadoso dos trabalhos de Vasconcellos. O comentarista admite que há momentos em que falta uma maior crítica das fontes num determinado evento ou outro, mas não é em toda a obra que isso ocorre. Há em várias passagens em que cita documentos de arquivos de Ouro Preto, de Mariana ou Belo Horizonte. Faz referências a cartas, memórias, testamentos, bandos, e vez ou outra com transcrições. De acordo com o Iglesias, Diogo conhecia bem o Arquivo Público Mineiro (APM), assim como transcreve documentos do Arquivo Nacional (AN), do Rio de Janeiro, e do Arquivo Episcopal de Mariana (AEM) (IGLESIAS, 1974: 15-16).

A relação de Diogo com o APM se dá de forma bem particular. Da segunda metade do dezenove à primeira do vinte, segundo Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antonio Silveira, a produção de narrativas historiográficas se estabelecia concomitantemente à criação de arquivos, museus e institutos com preocupações voltadas para o fazer histórico (ANTUNES & SILVEIRA, 2007: 2). Desde sua fundação em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançara a proposta de que cada província estabelecesse o seu próprio Instituto Histórico, com as mesmas características das do Rio de Janeiro, para que

então se formasse uma grande rede de trocas de documentos que poderiam auxiliar os historiadores na escrita da história do Brasil. Minas Gerais, no entanto, só estabeleceria instituições desse porte na última década do oitocentos, já em tempos de República.

O Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895 na cidade de Ouro Preto, foi a primeira e significativa instituição mineira a desempenhar o papel de revitalizar uma história particular, na qual o foco era o local e o regional. Assim como o IHGB desejava lançar o Brasil em um ponto de destaque na história da civilização, o APM se empenhava em resgatar o peso e o papel de Minas no novo estado federativo brasileiro, acompanhando a tendência de valorização das alteridades estaduais legitimadas pela República. Era dentro desta perspectiva que Diogo de Vasconcellos lançava suas penas ao “(...) projeto de reunir as memórias, que tinha, dos fatos sucedidos nessa época remota³, pouco estudada, e muito mal dirigida pelos escritores até hoje aceitos, como depositários da tradição” (VASCONCELOS, 1974: 43). Ainda sobre os primórdios da institucionalização da memória histórica de Minas Gerais, Antunes e Silveira dizem:

De maneira geral, o surgimento do APM promoveu e acentuou três tendências basilares de organização e hierarquização das temáticas e das fontes disponíveis: o recurso à corografia como meio de reconstituição das histórias locais, indispensáveis para que se concretizasse a abordagem regional; o uso da cronologia como estratégia de conformação dos documentos e da narrativa historiográfica; e a concessão do privilégio a determinados fundos, inserindo-se a correspondência e os diplomas oficiais no centro da reflexão historiográfica (ANTUNES & SILVEIRA, 2007: 2).

O APM é um projeto “oficial” do Estado de Minas Gerais. Foi fundado com a missão de constituir-se em um espaço responsável por arquivar os documentos históricos que constituem a memória histórica de Minas, assim como dar condições para que os historiadores possam executar suas pesquisas e escrever a História do Estado. Sua formação é republicana, o que impediu que Diogo de Vasconcellos atuasse oficialmente na constituição de seu acervo, mas não o impediu de doar pessoalmente materiais ao primeiro diretor da instituição, José Pedro Xavier da Veiga.

Mesmo não seguindo os pressupostos republicanos, Vasconcellos utilizava-se do APM. Como já exposto, ele conhecia bem os documentos depositados lá, e também se valia dos artigos e transcrições publicados na revista editada pela instituição e impressa na Imprensa Oficial do Estado, chegando ele mesmo a ser publicado em algumas ocasiões. No

³ A época remota que Diogo se refere é a da fundação de Vila Rica.

entanto, a citação era desnecessária para autores como ele. A História, na concepção de Vasconcellos, deveria ser verdadeira, e a verdade estava nos documentos. Ele os conhecia, não precisava mostrá-los.

A história é um instrumento moralizador e pedagógico. Ela é fonte de ensinamento, mas desde que seja verdadeira. Esse pensamento estava muito ligado aos debates historiográficos que estavam em voga na Europa no século XIX, principalmente a querela entre os *metódicos franceses* e *historicistas alemães*, com quem muito provavelmente Diogo teve contato. Tanto para um grupo quanto para o outro a realidade histórica é um dado disponível. O seu resgate, cabe à operação historiográfica fazê-lo (BRITO, 2003: 15). Vasconcellos diz: “*Não ha meio de se elevar o nivel dos costumes, tão pouco de se restabelecer o das virtudes, como abrir francamente o inquerito do passado, enche-lo de luz e tirar delle a lição pratica de seus acontecimentos*” (VASCONCELLOS, 1908: 646).

As duas *escolas de pensamento histórico* possuíam diferenças significativas para o exercício da prática. Enquanto os metódicos concebiam que o pesquisador deveria adotar uma postura de distanciamento frente ao seu objeto de estudo, os historicistas tendiam a ter uma relação mais “íntima” com seus objetos, o que gerava certo relativismo que permitia várias leituras sobre o mesmo tema. Cada historiador teria condições de produzir algo novo para uma mesma fonte. Outra diferença considerável entre as *escolas* refere-se ao próprio objeto da história. Os metódicos concentravam seus esforços no estudo da história política, enquanto os historicistas admitiam que tudo o que era construído pelo Homem era passível de ser história (BRITO, 2004: 14).

Não obstante, o trato com os documentos, embora com as pequenas diferenças apontadas, era semelhante entre franceses e alemães. As fontes eram concebidas como vestígio que se remete ao fato concreto. O documento traz em si o fato histórico, e ler as fontes permite que o historiador *chegue* até eles sem passar por um estágio reflexivo dos fatos (BRITO, 2003: 12). A narrativa histórica não tem que ser teorizada, tem que ser verdadeira. Ela se constitui única e exclusivamente pelos dados apresentados nos documentos.

Essas questões esbarravam em outro problema. O século XIX traz em seu bojo uma falta de determinação fundamental dos limites entre o histórico e o ficcional. Os campos de conhecimento coabitavam o centro de produção tanto historiográfico quanto literário. Para se tratar do passado, de buscar a cor local, os métodos se mostravam variados e muitas vezes ambíguos. Temístocles Cezar (2007), ao expor a querela entre Varnhagen e Robert Southey acerca da *História do Brasil* feita pelo segundo, instiga a pensar como tais

características se apresentam de forma cara ao dezenove e perdurará ao longo de todo o século.

Para o historiador brasileiro, a obra feita pelo inglês não tinha absolutamente grande rigor. Somado ao fato de Southey nunca ter vindo ao Brasil, a sua narrativa estava repleta de um esteticismo poético que não cabia em uma produção historiográfica. Os documentos deveriam falar mais do que a retórica do autor. É possível dizer que Diogo de Vasconcellos consciente ou inconscientemente compartilhava das proposições de Varnhagen, embora curiosamente seja acusado pelos críticos de fazer o contrário.

Teófilo Feu de Carvalho, ex-diretor do APM, escreveu em 1933 um artigo para a revista do Arquivo intitulado *Questões históricas e velhos enganos*, em que se propõe a rever algumas questões referentes a erros históricos acerca da figura do governador da Província de Minas D. Brás Baltazar da Silveira. Em seu texto, o autor, na tentativa de corrigir os enganos propostos pela historiografia disposta em seu tempo, transcreve inúmeros documentos para provar que ele estava correto ao tratar rigorosamente o tema. O principal alvo de ataque de Feu de Carvalho, e praticamente o único, é Diogo de Vasconcellos.

Em nenhum momento do texto o autor cita o nome de Vasconcellos. Quando faz alguma menção a ele, utiliza o termo “*autor da História Antiga das Minas Gerais*”. Feu de Carvalho é o tempo todo ríspido em suas críticas. Diz ele que Diogo resolve alguns problemas históricos, ao menos nas questões que ele se limitou a discutir no texto, através de palpites ou por conjecturas que podem de certa maneira acabar com a veracidade da história. O acusa também de não levar em consideração toda uma literatura anterior ou contemporânea a ele, agravando ainda mais a hipótese da construção de uma realidade artificial por Vasconcellos.

Affirmações e correcções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral e, por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pesando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar falsa posição (FEU DE CARVALHO, 1933: 13).

A mesma *moral* que Teófilo Feu de Carvalho espera dos historiadores, e insinua que o *autor da História Antiga das Minas Gerais* não a tem, Diogo de Vasconcellos também espera. Alguns estudiosos apontam o gosto que Vasconcellos tem pela doutrinação. Há várias passagens na obra deste em que é perceptível um tom moralizador e filosófico em

seu pensamento (IGLÉSIAS, 1974: 22). A questão do lugar da História na constituição do indivíduo será melhor discutida na segunda parte deste artigo.

Um elemento bem notável na obra de Diogo é o caráter altamente descritivo e fatural em sua narrativa. Ele é preso ao episódico, e não se atenta para as estruturas sociais e políticas, nem à dinâmica do processo histórico, o que, assim como o fato das elipses documentais, observa-se como prática comum em seu tempo. Francisco Iglesias diz que tal característica começará a tomar outros contornos com outras obras, tais como *Linhas Gerais da administração colonial, A arte em Ouro Preto e História do Bispado de Mariana* (IGLÉSIAS, 1974: 24). A título de recorte me aterei apenas à primeira.

Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade, foi apresentado por Diogo no Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorrido entre os dias 7 e 16 de setembro de 1914, no Rio de Janeiro.

A ideia de se elaborar o evento partiu de Oliveira Lima, quando em 1910, ao fazer um discurso no IHGB, fala da necessidade de se reforçar o sentimento nacional através da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Não se poderia enaltecer uma época em detrimento da outra, fazendo referência à tendência do regime republicano em não dar atenção à história do Império. Todas deveriam ser contempladas pelos estudos históricos. Oliveira Lima sugeriu, então, a organização de um congresso onde se poderia reunir estudiosos de todo o país para discutir os caminhos da escrita da história brasileira naquele momento (GUIMARÃES, 2005: 151).

Após a conferência de Oliveira Lima, Max Fleiüss e Afonso Arinos apresentaram a proposta da criação do Primeiro Congresso de História Nacional, que ocorreria em 1914, na sede do Instituto. Esse evento compreendia nove seções com as *teses oficiais*, que correspondiam aos trabalhos realizados por especialistas convidados pelo Instituto, são elas: *história geral do Brasil; história das explorações geográficas; história das explorações arqueológicas e etnográficas; história constitucional e administrativa; história parlamentar; história econômica; história militar; história diplomática; e história literária e das artes* (GUIMARÃES, 2005: 151-153). Havia ainda a seção de *teses avulsas* que correspondiam aos trabalhos em que os autores se inscreveram por conta própria.

Diogo teve seu trabalho apresentado como *tese oficial* na seção *História Constitucional e Administrativa*. Uma obra que não está preocupada apenas em fazer uma leitura do passado de Minas Gerais, mas se preocupa em fazer um panorama dos primeiros

traços administrativos da Colônia. O texto se mostra muito semelhante ao estilo empregado nas *Histórias*, lembrando que ao publicar esse texto, a *História Média de Minas Gerais* ainda não havia sido publicada. Narrativa fundamentalmente descritiva, sem grandes reflexões históricas, mas que em certa medida revela suas preferências.

Um dos principais elementos de destaque do texto, e que Helena Alberto Magela também identifica como importante para as *Histórias*, é a superioridade branca na constituição da Colônia. Os índios, para Diogo, eram nômades e não mostravam nenhum apego à terra ou a qualquer coisa imóvel. Não havia uma ordem administrativa nos primitivos habitantes do Novo Mundo, por isso os portugueses assumiram um sentimento de posse do território, prolongando os domínios do rei (VASCONCELLOS, 1916: 283). Vasconcellos legitimava a exploração dos portugueses e concordava que a implantação da administração metropolitana era a melhor opção.

O caráter romantizado da escrita de Diogo aparece também no texto. Ele mescla um texto descritivo, expondo dados atrás de dados com uma linguagem mais romanesca e exaltada. Mantém uma ligação direta da história da Colônia com a da Metrópole. A Colônia possuía o mesmo sistema de organização e administração do Reino, e só assim a ocupação poderia se efetivar. Com o desenvolvimento do Brasil e a sua importância internacional, segundo Diogo, foram os motivos da criação do Vice Reinado aqui, sendo os primeiros caminhos para a entrada na civilização (VASCONCELLOS, 1916: 298).

A Corôa não possuía recursos suficientes para bancar expedições para o novo território, mas a Ordem de Cristo possuía. O infante D. Henrique, como seu grão-mestre, via que era o momento importante para as aventuras marítimas serem conduzidas pela Ordem a fim de se poder propagar a fé, que era o objetivo principal da instituição. Os jesuítas, na compreensão do autor, foram os verdadeiros apóstolos da civilização no Brasil.

Dessa forma, Diogo utiliza-se desse texto para reforçar as suas ideias contidas nas *Histórias*. A extensão do modelo administrativo português no território da Colônia, associado à influência cristã imposta pelos jesuítas foram as formas mais corretas de se estabelecer o controle no Brasil. A Metrópole soube explorar as riquezas da Colônia, e graças a ela é que foi possível o desenvolvimento do Novo Mundo. É dessa maneira que o autor sempre liga a história do Brasil à de Portugal. Para ele as histórias dos dois países são indissociáveis, mantendo-se dentro da linha conservadora do pensamento histórico brasileiro que ainda vigorava nos primeiros anos do regime republicano.

Diogo de Vasconcellos, segundo Helena Alberto, é um típico intelectual mineiro que no início do regime republicano se preocupava em escrever a história de Minas Gerais. A

autora propõe que esse é um momento significativo, uma vez que o Brasil, na concepção de Vasconcellos, não estava preparado para receber esse novo regime, mas concede aos Estados da Federação uma maior autonomia, obrigando-os a criar mecanismos de ajuste à nova política. A escrita da história é uma das formas encontradas (ALBERTO, 2004: 106). O governo mineiro optou por uma história institucionalizada republicana, Vasconcellos ainda mantinha uma postura conservadora monárquica. No entanto, ambas seguiam com a mesma intenção, a exaltação de Minas.

Inserindo Minas na Civilização

José Honório Rodrigues propõe na *Teoria da História do Brasil*, que a historiografia brasileira no século XX representava, em grande medida, uma sociedade velha e arcaica. Dessa forma, a dedicação à história colonial era de grande expressividade nas produções históricas do país. Segundo o autor, isso era a expressão do forte apego às tradições lusobrasileiras que nos acompanham desde nossa formação (RODRIGUES, 1978: 32). Diogo de Vasconcellos, de acordo com o que foi tratado no tópico anterior, segue a linha constatada por Rodrigues.

No entanto, era justamente o arcaísmo que os intelectuais do começo do século passado reivindicavam que a história deveria combater. De forma paradoxal, havia as tendências conservadoras, que não necessariamente eram contra ao progresso, embora fossem contrárias a ideias revolucionárias, tal como a República poderia ser encarada pelos monarquistas da passagem do dezenove para o vinte. A História, assim como em inúmeros outros momentos, estava em meio a um debate sobre seus caminhos. Especificamente nesse momento, ela encontrava-se sob processo de institucionalização. Em Minas Gerais, esse processo era cada vez mais ligado a forças políticas, advindas desde a criação do Arquivo Público Mineiro.

A História tem uma função determinante na construção das nacionalidades. Na Primeira República brasileira, em que os paradigmas políticos ainda estavam em formação, o discurso histórico contribuiu para a formação de mitos e mitologias que constituem as bases políticas do Estado. O regime federativo ainda possibilitava a constituição de posturas regionais ao valorizar o *local*. Tal prática era pouco comum em tempos de Império, no qual a História Geral possuía um valor significativamente maior, mas em tempos de República, ela se mostra muito comum.

Antes do novo governo, o Estado não teve nenhuma grande obra de expressão que pudesse ser considerada a grande síntese da história mineira. Joaquim Felício dos Santos, em 1868, publicou *Memórias do Distrito Diamantino*. Em 1873, Joaquim Norberto de Souza e Silva lança a *História da Conjuração Mineira*. Essas obras, embora tivessem uma notoriedade, ainda tratavam de temas muito fechados. Ainda sim, existiam outros trabalhos sobre assuntos específicos, mas que não constituíam a grande obra. José Pedro Xavier da Veiga, primeiro diretor do APM, publica as *Efemérides Mineiras*, que não é exatamente um livro de história, mas um levantamento das principais memórias de Minas desde seus primórdios até o seu tempo. Ela dava condições para inserir o estado como sujeito histórico, e não mais como parte da história geral do Brasil (MEDEIROS & ARAUJO, 2007: 23).

Constituir a história local é um dos princípios básicos, de acordo com o pensamento de Diogo de Vasconcellos, para a constituição da identidade dos indivíduos. Ela é fonte inesgotável de moral, que é necessária na infância, desde que seja verdadeira e sincera. Dessa forma, nesta segunda parte, trabalharei com a concepção de História em Diogo de Vasconcellos e o valor que o regional exerce para o engrandecimento do Estado. Utilizo como fontes historiográficas o prefácio escrito por Diogo ao livro *O município de Cataguazes: Esboço Histórico*, de Arthur Vieira de Resende e Silva com a colaboração do Dr. Astolpho Vieira de Rezende, datado de 1908 e o discurso de posse ao cargo de Orador Oficial no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), a 16 de junho de 1907, em Belo Horizonte.

Arthur Vieira foi um republicano convicto e atuante. Representou Cataguases, sua cidade natal, no Primeiro Congresso do Partido Republicano Mineiro, em 15 de novembro de 1988. Atuou como vereador em Cataguases, e também trabalhou para o governo do Estado nos primeiros anos do novo regime, tratando principalmente de assuntos relacionados ao Café. Amigo de Diogo, o chama para prefaciar o seu livro que escreveu com a colaboração de Astolpho Vieira de Rezende.

O texto é bem curto, apenas quatro páginas, mas Vasconcellos trata fundamentalmente sobre o que concebia acerca do papel da história, a local, sobretudo, o que se assemelha muito a algumas ideias expostas por ele no discurso de fundação do Instituto Histórico. Para ele, esse tipo de história não se mostrava tão mesquinha como se poderia pensar. Todo o movimento de se estudar a fundação das povoações, seu progresso, suas lutas e declínios possui uma utilidade para se educar as novas gerações que é muito mais frutífera do que as grandes tragédias humanas (VASCONCELLOS, 1909: 646-647).

A história de nossas localidades, recomendada por último às escolas primárias, graças à clarividência de um Ministro, digno deste nome, é a fonte inesgotável de energias moraes, necessárias ao despertar da infância, com tanto que seja verdadeira e sincera (VASCONCELLOS, 1909: 646).

Esse é um dos indícios de que a escrita da história estava fortemente ligada aos interesses do Estado no início do século XX. Diogo de Vasconcellos já havia comentado em uma carta direcionada a seu amigo e compadre Avelino Fernandes, e publicada no capítulo “Agradecimento” no segundo volume da quarta edição da *História Antiga das Minas Gerais*, que para a sua obra ser publicada pela Imprensa Oficial ela deveria ser declarada pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Estado para a adesão ao ensino. Sua obra foi considerada inapropriada para o ensino básico, mas foi aprovada depois do parecer favorável do relator Nelson de Sena subscrito pelo secretário do interior na época, Delfim Moreira (VASCONCELOS, 1974b: 265-267), muito provavelmente o *Ministro* do qual Diogo se refere no trecho citado.

A história como um instrumento pedagógico expõe à mocidade que é preciso sempre cultivar a própria terra, nunca invejar a do outros, e sempre ter a consciência de que concentrando suas atividades em melhorar aquilo que já se tem é o lado mais belo da moral que se constrói no futuro, transmitindo-lhe a imagem do presente. A história, se baseando em Schloëzer, é a estática em movimento e a estática é a história em repouso. A história está em processo (VASCONCELLOS, 1909: 647).

Robin George Collingwood procura definir o significado para o processo histórico. Pode-se entender o “processo” como apenas uma indicação de atividade humana, como sucessão de atos, em que cada um sai do precedente. Ou seja, cada ato realizado resulta em outro que deve ser problematizado de uma maneira sucessiva. Uma coisa leva a outra e assim por diante. Nunca é o ato anterior que deve ser problematizado, mas sempre o posterior (COLLINGWOOD, 1981: 390).

A ideia de progresso histórico então, se diz respeito a qualquer coisa, refere-se ao aparecimento não apenas de novas ações ou novos pensamentos ou novas situações pertencentes ao mesmo tipo específico mas também de novos tipos específicos (COLLINGWOOD, 1981: 391).

Há também mudanças no comportamento humano que podem ou não se constituir em um progresso, no sentido evolutivo da coisa. Collingwood, para ilustrar esse tipo de transformação, nos apresenta a ideia de uma comunidade em que a base alimentar dela é o

peixe. A partir do momento em que há uma escassez de peixes, ela começa a desenterrar raízes. Essa substituição não constitui uma evolução, é um processo adaptativo de substituição. Se essa mesma sociedade criasse métodos para ampliar a quantidade de pesca por dia – de cinco para dez, por exemplo – aí sim isso constituiria como um progresso ou aperfeiçoamento (COLLINGWOOD, 1981: 391).

O primeiro tipo de “processo” proposto pelo historiador inglês pode ser atrelado ao pensamento histórico de Vasconcellos. É com aquilo que foi deixado pelo passado que se pode modelar o presente. *“Sim. E’ preciso que uma geração degradada não se apavore com as virtudes dos avós; mas que se eduque também de modo que os louvores tecidos a estes não a ultragem por indigna delles”* (VASCONCELLOS, 1909: 647). No segundo caso, em que no “processo” ocorre uma “transformação”, Collingwood propõe um argumento pertinente para introduzir uma reflexão sobre Diogo e seu tempo. Para uma geração de uma sociedade em transformação, e no caso do historiador mineiro cujos valores ainda são mantidos, não há nada mais difícil do que ver com bons olhos a vida da geração procedente (COLLINGWOOD, 1981: 392).

No entanto, o prosseguimento do argumento do autor apresenta algumas lacunas quando transpomos à realidade brasileira na Primeira República. Para Collingwood, as transformações históricas no sistema de vida de uma sociedade, raras as vezes são concebidas como progressivas, mesmo pela geração que as provoca. Segundo o inglês, essas gerações provocam tais progressos com o objetivo de destituir aquilo que não compreendem, como se fosse mau, substituindo por algo diferente, considerado bom. O autor considera que o progresso não é substituição do mau pelo bom, mas a do bom para o melhor (COLLINGWOOD, 1981: 393). Quando se trata da passagem da Monarquia para a República no Brasil, os políticos-intelectuais que projetam a transição, concebiam que a mudança era do mau para o bom.

Caímos, dessa forma, em mais uma contradição. O movimento republicano no Estado de Minas Gerais foi tardio e pouco dinâmico. O primeiro jornal dedicado à propaganda do novo regime surgiu em 1879, em Ouro Preto, e se chamava *“Tiradentes”*. A construção do partido só ocorreu em 1888, um ano antes da Proclamação, e a proliferação de clubes se limitou aos centros urbanos das regiões economicamente mais prósperas, como a Zona da Mata e o Sul de Minas (VISCARDI, 2000: 4).

Cláudia Viscardi aponta que mesmo que o movimento republicano em Minas Gerais tenha sido pouco significativo, a adesão ao novo regime foi rápido e consistente. Para a autora, as regiões da Zona da Mata e Sul de Minas foram as mais *republicanas*,

provavelmente pelo fato de que a abolição tenha tido um impacto negativo na economia cafeeira, que estava em expansão, gerando um descontentamento das elites frente ao Império, muito semelhante aos valeparaibanos do Rio de Janeiro e São Paulo. A região central é mais adensa, provavelmente por agregar a maior parte da burocracia provincial e por sediar o governo (VISCARDI, 2000: 4).

A transferência da capital do Estado, da região central para uma área neutra, possibilitou que se concentrasse em Belo Horizonte a elite política e intelectual do Estado. Em um projeto modernizador constituíam-se os elementos que destacariam Minas Gerais, e fixariam definitivamente seu lugar na *civilização*. O APM é transferido para a cidade, assim como outras instituições ligadas a produção cultural, como, por exemplo, a Academia Mineira de Letras, fundada em 1909 na cidade de Juiz de Fora.

Outra instituição que surgia nesse momento com a característica de promover um espaço de debate historiográfico, com um grande diálogo com o APM, mas que não tinha ligação direta com o governo e era mais abrangente foi o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O IHGMG tinha como modelo o velho IHGB. No entanto, mantinha algumas diferenças em relação aos cariocas. Criado a partir da iniciativa de um grupo de sócios do “Club Floriano Peixoto” de Belo Horizonte, o Instituto mineiro nasceu completamente sob a égide republicana. Expressão máxima disso é o fato do governador do Estado na ocasião, João Pinheiro da Silva, republicano histórico, ter sido o primeiro presidente da academia. Outro fator de destaque na diferenciação dos Institutos é que embora também se atentasse para a história nacional, por ser uma instituição local inserida em um contexto marcadamente federalista, o IHGMG tinha a história de Minas como seu carro-chefe, legitimando o predomínio econômico e político do estado na época (CALLARI, 2001: 75).

Sob os auspícios desse tempo, no dia 16 de junho de 1907, é fundado na capital do Estado o Instituto Histórico. Importantes membros da política mineira da época constituíam o quadro de sócios do IHGMG, tais como: o próprio João Pinheiro, Carlos Honório Benedicto Ottoni, Camillo de Britto, Joaquim Nabuco Linhares, Antonio Augusto de Lima, entre muitos outros, inclusive Diogo de Vasconcellos, que foi eleito como o orador oficial da instituição.

No primeiro discurso oficial da instituição, Vasconcellos dizia a seu público que o IHGMG consagrava-se na história de Minas. Ele surgia para completar um campo de atividade intelectual que marcava o presente do Estado. O Instituto era o que faltava para o povo mineiro fortificar sua homogeneidade, e unificar seus elementos étnicos tradicionais, que existem desde os tempos de sua formação. O seu escopo essencial era condensar as

qualidades inatas ao mineiro, aperfeiçoando a mentalidade transmitida pelos antepassados nas circunstâncias especiais de sua origem (VASCONCELLOS, 1910: 213-214).

Diogo de Vasconcellos sempre foi conhecido pela sua eloquência ao falar em público, habilidade adquirida com os anos de exercício da advocacia. O tom retórico será fundamental na construção de sua fala aqui trabalhada. José Murilo de Carvalho diz que recuperar a tradição retórica, utilizando-a como instrumento para a prática de análise da história intelectual, amparado na *virada lingüística*, que permite a recuperação da dimensão retórica do discurso, é possível.

O autor se vale, em seu trabalho, das proposições do filósofo do direito Chaïm Perelman sobre a recuperação da retórica no século XX. O filósofo polonês parte da oposição entre a retórica e a lógica; do avanço da segunda e do abandono da primeira. Ele atribui a retórica à definição de “lógica dos juízos de valores”. De certa forma, a retórica está sob domínio da lógica quando recorre a argumentos, mas a extrapola quando os argumentos vão para além da estrita racionalidade (CARVALHO, 2000: 136-137). A retórica não busca apenas convencer, através de raciocínios lógicos, mas também busca a persuasão, mover a vontade, exigindo da prática uma grande variedade de argumentos de natureza não-lógica. Às vezes, embora com elementos suficientes de convencimento há a necessidade do recurso retórico, “*pois o convencimento pode não ser suficiente para levar à ação*” (CARVALHO, 2000: 137).

Carvalho se utiliza de duas características da retórica para trabalhar textos do século XIX. A primeira é a estreita relação entre os argumentos e a pessoa do orador. Isso está atrelado à autoridade do orador, levando em consideração sua competência, prestígio, honestidade, etc., que se faz um elemento fundamental de convicção. O orador pode recorrer a autoridades para sustentar seus argumentos, o que em tempos de escolástica, origem histórica do estilo retórico usado no Brasil, era obrigatório. Os cânones têm que ser levados em consideração, pois eles são elementos fundamentais para se validar um argumento. A segunda característica está no campo da argumentação. Enquanto na lógica ela é fechada, na retórica ela é aberta. A prova dentro da retórica finda a discussão, o que não é possível na lógica, na qual não se pode decidir a suficiência de uma prova. Argumentos adicionais sempre podem surgir, assim como as repetições, redundâncias e figuras de linguagem são utilizadas para persuadir o receptor (CARVALHO, 2000: 137).

Há ainda uma terceira característica da retórica que se revela também muito importante para este estudo: a questão do *auditório*. Auditórios diferentes exigem argumentos diferentes. Cada um tem os seus próprios valores que devem ser atentados

pelo orador. Cada época tem o seu auditório e o orador acompanha esse movimento (CARVALHO, 2000: 138). É o auditório que constrói o autor. Dificilmente um orador entra em um cenário completamente adverso e pronuncia um discurso todo contrário a sua plateia. Ele se utilizará de recursos retóricos de convencimento de acordo com o ambiente para persuadir o seu auditório e trazê-lo a seu favor (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 22-26).

As considerações sociológicas úteis ao orador podem versar sobre um objeto particularmente preciso, a saber, as funções sociais cumpridas pelos ouvintes. Com efeito, estes costumam adotar atitudes ligadas ao papel que lhes é confiado em certas instituições sociais (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 24).

Diogo de Vasconcellos, portanto, discursava para um auditório socialmente construído e bem definido. Os principais nomes da política e das letras de Minas Gerais, e representantes de outros Estados, estavam presentes. O objetivo daquele momento não era defender um ou outro regime, mas solidificar um projeto mais abrangente, uma ideia que seria de usufruto de todos os cidadãos mineiros. Mais um espaço democrático, ainda que limitado, de debate historiográfico estava em construção. Por isso, independente de quem colocou a pedra fundamental do IHGMM a construção final era de todos. É nesse espaço de legitimação que Diogo se utilizará de seu prestígio como político, advogado, jornalista, da sua autoridade como pesquisador na área de história⁴ para subir no púlpito e diante do auditório proferir a sua ideia de História.

O historiador põe-se crítico e contrário àqueles que embora amparados em documentos oficiais e programas de ensino, renegam a utilidade descritiva da história. Não corroborava com um tipo de pensamento, muito ligado à ideia de futuro, que apaga crenças e ideais procurados pelos povos. Defendia a marca das tradições como um fator para se conhecer o passado que ordena o “presente glorioso” construído por Minas. O conjunto de pensamentos progressistas é responsável pela destruição dos valores construídos pela tradição (VASCONCELLOS, 1910: 214).

Os vestígios do passado são questões que perpassam por todo o discurso. Através da memória dos antepassados é que se edifica a identidade de um povo. O passado é o que possui o domínio sobre o presente, são os mortos que governam os vivos. Sob essa perspectiva que surge a importância do Arquivo empoeirado, dos monumentos carcomidos e

⁴ A *História Antiga das Minas Gerais* já havia sido publicada

das atas do passado, pois são esses elementos que possibilitam a permanência da tradição, ou permite que a sua recuperação seja pertinente à escrita da história (VASCONCELLOS, 2010: 214).

Diogo faz um elogio aos historiadores. Pensadores do tempo que têm as condições de retirar do limbo as lições inesgotáveis propostas pelo passado. Evocando três grandes batalhas da antiguidade (Salamina, Platéia e Termópilas), Vasconcellos também fortifica a utilidade do patriotismo contra mercenários e servos, em referência a um patriotismo local estrito, do radicalmente regional. Isso é construído pelos ensinamentos da história, e pelas tragédias heróicas através do legado dos antigos aprende-se a proferir a liberdade. Os responsáveis, então, por fazer a ponte entre o conhecimento do passado e o ensino do presente é o historiador (VASCONCELLOS, 2010: 214).

Assim como pode ser verificado no prefácio escrito ao livro *O município de Cataguazes*, a história na concepção de Diogo de Vasconcellos deve servir a verdade. O historiador não deve deixar que as condições externas atrapalhem o seu julgamento da história. Ele deve estar isento de suas paixões e apenas dedicar aos vestígios que os documentos, detentores da verdade, lhe mostram.

Com a condição iniludível de ser fiel, verdadeira e severa, de não amar nem odiar sejam reis, sejam povos, a historia de seu inventario mudo com a eloquencia e simplicidade dos resultados nos fala de uma força maravilhosa, a que temos de obedecer; força que nelles se envolve e que sahe delles, quando urge tirar o bem do proprio mal, para achar a unidade espontanea e final dos mais variados acontecimentos; e para em cada dia mais purificar deante de nossas visitas a mira a que os homens inconscientemente se dirigem, através a nuvem tormentosa dos seculos (VASCONCELLOS, 2010: 215).

A civilização, para Diogo, é guiada pelos caminhos do progresso e pelo poder da Providência. De forma tortuosa e oscilante, a civilização move-se no tempo, por isso a história tem um papel fundamental em sua construção. Ela é o sol que aquece os povos e os ilumina. A crítica documental e dos fatos, portanto, deve ser imparcial e justa, com o tempo e com os homens. Os povos devem ser julgados, termo utilizado por Vasconcellos, em seu próprio tempo e espaço. Não podem ser acusados de promoverem ações que não estavam em seus alcances no momento, condenados por ideias que não tiveram. Este cuidado deve sempre estar na mente do historiador.

Pesquisar, portanto, nas *paginas descritivas do passado* as *syntheses*, que a Providencia extrahiu dos acontecimentos, destinguir e conhecer a lição que essas *syntheses* encerrão e auctorizam, proclamar o triumpho infallivel da virtude sobre o vicio, do direito sobre a tyrannia, eis, senhores, portanto, a critica em elevada missão creadora (VASCONCELLOS, 1910: 218) (Grifo meu).

Acreditava que poderia haver sociedades mais civilizadas do que outras, e que impulsionavam os povos para o progresso, mas rechaçava a possibilidade de um determinismo climático tivesse influência nisso. Se a intenção de Diogo era de colocar o Brasil e Minas, principalmente, em um lugar de destaque na civilização ocidental, não poderia seguir os pressupostos deterministas que afirmavam que as regiões tropicais tendiam a ser inferiores às zonas temperadas, o que desqualificaria o Brasil como um lugar com grande grau civilizacional.

O Instituto Histórico, portanto, surgia como o centro intelectual destinado às lições da história de Minas Gerais e de seu povo, fortificando-os na consciência de seus direitos para a conservação de seu território sagrado, herança dos antepassados, que desbravaram o território há centenas de anos sendo os primogênitos da raça mineira. Toda sua argumentação é direcionada a destacar o passado como um local detentor dos valores a serem resgatados pelo presente. A história é a fonte de ensino e o historiador é seu mediador.

Por motivos espaciais e de recorte não vou explorar todo o conteúdo do discurso. Com a utilização dessa fonte juntamente com o *Prefácio*, busquei extrair a concepção de história de Diogo de Vasconcellos e como ela deve ser aplicada. Ela é a principal fonte de conhecimento sobre os atos do passado, que através de seu ensino no presente instrui a mocidade a preparar o seu tempo para o futuro. O conhecimento das “páginas descritivas do passado” é fundamental para a edificação moral do indivíduo e inserção do povo brasileiro, o mineiro em destaque, na civilização.

Considerações Finais

Com a Proclamação da República em 1889, intensifica novas formas de se apreender o tempo. Anteriormente à *revolução* de 15 de novembro havia uma grande tendência a tomar o Estado Imperial como o principal agente histórico. Instituições como o IHGB e o Arquivo Nacional propunham a constituição de acervos de documentos que pudessem, em grande medida, constituir os mecanismos básicos para a escrita de uma

história geral do Brasil. Para os republicanos, essa visão de história caracterizava um atraso no discurso historiográfico e da construção da nacionalidade. Com isso, propunham uma ruptura com esse modelo embasado principalmente na organização federalista do Estado, propondo autonomia regional, valorizando as unidades federativas como células possuidoras de alteridade na história da Nação.

Cada Estado preocupava-se em construir as suas próprias diretrizes para a história regional, utilizando de artifícios que melhor convinham à realidade local. Minas Gerais articulou o resgate de suas origens históricas e de suas tradições com um projeto de modernização que tinha como objetivo impulsionar o progresso do Estado frente ao restante da federação, mostrando toda a potencialidade política e econômica mineira historicamente construída. Nesse momento há uma mudança também na forma de se construir a nacionalidade. Enquanto no século XIX tinha como paradigma o passado colonial desvinculado da tradição portuguesa, sobretudo com o grito de independência, e a contemporaneidade imperial tendo em D. Pedro II o grande mecenas das letras e da ciência, a Primeira República imersa em um turbilhão de transformações, tentava criar a nacionalidade através de ideias modernizantes abruptas.

A invenção da historiografia mineira seguia a tendência nacional. Não havia uma forma única e bem definida de como se tratar a história. O novo regime possibilitou a abertura de inúmeras possibilidades de pensar quais eram os cânones a serem construídos, os caminhos a serem tomados, o futuro do trato com o passado. Ainda que houvesse um movimento oficial, ligado a política republicana, na qual resultou na criação do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, havia também formas mais tradicionais de se conceber a história, não ligada ao futuro progressista, mas mantendo os valores morais de uma sociedade que estava cada vez mais fadada a transformações.

Mark Bevir, politólogo britânico e um dos mais importantes teóricos da filosofia analítica da atualidade, propõe que a tradição se constitui em uma influência que age através dos indivíduos sobre os indivíduos. Ela é a base de todas as crenças de uma pessoa, ou das coisas que ela faz. No entanto, não é necessária que ela esteja presente a todo o momento na vida do sujeito. Ela se constitui basicamente em uma série de exemplos semelhantes entre si, uma vez que exercem uma espécie de influência formativa mútua numa sequência definida e histórica (BEVIR, 2008: 255-260).

No contexto em questão não há uma, mas várias tradições, que podem ser fruto de uma longa construção histórica ou uma invenção da necessidade contemporânea. Ainda hoje não se sabe ao certo o lugar das ideias no Brasil. Originais ou não, elas tinham um

papel importante na construção da nacionalidade. Mesmo que de formas contraditórias umas às outras tinham como objetivo fundamental o mesmo, a reivindicação de um espaço na civilização ocidental. Diogo de Vasconcellos dedica suas penas em favor de Minas Gerais, mesmo que a sociedade em que lutou para manter não fosse mais a ideal frente ao novo regime que se instaurava.

Escrever história, para Vasconcellos, não é apenas uma forma de instruir alunos, mas também um caminho para educá-los civicamente, pois era convencido de que a história possui uma influência moral e que exerce no próprio sentimentalismo dos moços, oferecendo, desse modo, um inventário exato e verdadeiro do passado. A mocidade precisa saber que os antepassados formaram a pátria, e que compreendam que serão eles os operários transitórios dessa obra, que deve sempre progredir e nunca retroceder (VASCONCELLOS, 1974: 266-267).

A historiografia, assim como disse José Honório Rodrigues, é o “espelho” de sua própria história. Ela responde aos desejos e necessidades da sociedade que a nutre, dos sentidos que precisa para se orientar. A sua legitimação ocorre a partir do momento em que essa historiografia corrobora com a sua própria contemporaneidade (RODRIGUES, 1978: 32). Minas Gerais e Diogo de Vasconcellos fizeram isso, cada um a sua maneira, mas no intuito de fortificar a imagem do Estado e provar historicamente a sua superioridade.

Diogo de Vasconcellos com as suas duas principais obras, *História Antiga das Minas Gerais* e *História Média de Minas Gerais*, representa uma tentativa pioneira de um estudo mais aprofundado e conjunto dos primeiros anos de formação do Estado mineiro (ROMERO, 2009: 109). Há autores que defendem a luta de Diogo contra a deficiência de documentação sobre os temas que ele aborda, mas suprida com seu talento e fina intuição (MOREIRA, 1974).

O regime republicano trouxe consigo inúmeras formas de representação. A cultura brasileira passava por um período de preocupações sobre as formas de encontrar-se consigo mesma, definindo, assim como propõe Elias Thomé Saliba, o seu *ethos* e a sua identidade (SALIBA, 2002: 302). A *langue* desenvolvida nesse momento específico da história nacional impulsionava a elaborações de *paroles* que dessem sentido para o caráter cívico, moral e intelectual do indivíduo. A história era um entre vários mecanismos responsáveis por efetuar essa ação.

Vasconcellos respondia a seu tempo. Em meio a um turbilhão de rupturas e permanências, de transformações de uma sociedade que a cada dia se parecia menos com aquela da qual fora um típico representante, atuava com a intenção de promover o

conhecimento histórico em prol da mocidade, como instrução e preparação cívica. Dialogando com os órgãos oficiais e não-oficiais de arquivamento dos vestígios do passado mineiro, o historiador produziu obras que não se tornaram cânones da historiografia nacional, mas são bibliografia de referência para o estudo do período colonial mineiro.

Através dos pressupostos do *contextualismo linguístico* desenvolvido a partir da década de 1960, principalmente pela Escola de Cambridge, na Inglaterra, busquei analisar a escrita da história em Diogo de Vasconcelos em duas partes. Na primeira, recuperei algumas interpretações acerca das Histórias, obras que geraram longos debates acerca de sua validade ao longo do século XX, elogiada por uns, abolidas por outros, mas que o consagraram como historiador. Também busquei compreender no texto apresentado no Primeiro Congresso de História Nacional do IHGB, *Linhas geraes da administração colonial* as preferências do autor quanto aos responsáveis pela construção da civilidade mineira. Na segunda, através de um Prefácio escrito para o livro, O município de Cataguazes e do discurso de posse como orador oficial do IHGMG, em 1907, busquei apreender o conceito de história e a sua função para sociedade mineira de seu tempo.

Este artigo abarca parte do estudo acerca da historiografia de Diogo de Vasconcelos e da construção da memória histórica mineira nos primórdios do regime republicano. Aqui faço um panorama geral da concepção de história nesse que é considerado o fundador da historiografia no Estado de Minas Gerais, e não se limita apenas na leitura da *História Antiga e Média de Minas Gerais*, mas traz à luz documentos pouco trabalhados pelos críticos do historiador marianense, e preocupa-se em situá-lo em seu tempo fugindo do anacronismo de leituras textualistas que se fecham no texto e desconsideram o contexto de produção.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Termo de Mariana*. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004. (pp. 103-114)

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANTUNES, Álvaro de Araújo & SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano II, n.01, março de 2007.

ARAUJO, Valdei Lopes de & VARELA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): Contribuições ao estudo das linguagens historiográficas. In:

GALLERY, Maria Clara Versiani; PERPÉTUA, Elzira Divina & HIRSCH, Irene. *Tradução, Vanguarda e Modernismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História das Ideias em torno de um domínio historiográfico. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora. V.13, n.1, 2007, pp.199-209.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das idéias*. Bauru: Edusc, 2008.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (1968).

BRITO, Eleonora Zicari Costa. O campo historiográfico. Entre o realismo e as representações. *Universitas FACE-História*, Brasília, v.1, n.1, p.9-24, 2003.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topóji*, Rio de Janeiro, n.1, 2000, pp.123-152.

CEZAR, Temístocles. *O poeta e o historiador*. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. 11(3): 306-312, Setembro/Dezembro 2007.

COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia de História*. 5ª Edição. Lisboa: presença, 1981.

FEU DE CARVALHO, Teófilo. Questões históricas e velhos enganos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 24, n.1. Belo Horizonte, 1933, pp.3-42.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170, 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Vol.1, 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

MOREIRA, Vivaldi. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, vol.2, 4ª Edição (Orelha da capa). Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMERO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano.45, n.1. Belo Horizonte, 2009, pp.106-117.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Rodrigo Machado da. Em defesa de uma capital vencida: A campanha de Ouro Preto pela da sede do governo estadual na cidade (1893) (Transcrição comentada). *Revista Virtual Cadernos de História*. Ano IV, n.1, 2009, pp.154-160.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: A História Intelectual e o "contextualismo linguístico" nas perspectiva de Quentin Skinner. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. Vol.5, Ano.V, n.4. Out/Nov/Dez de 2008, pp.1-19.

VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XIV - 1909. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.211-220, 1910.

_____. *História antiga das Minas Gerais*. Vols.1 e 2. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

_____. Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidades. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.281-298, 1916.

_____. Prefácio. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *O Município de Cataguazes: Esboço Histórico*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.645-648, 1909.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineira na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, Porto Alegre, 2000.

Recebido em: 05/04/2010

Aprovado em: 21/04/2010